



Editorial

Quem, além de nós mesmos, pode nos definir? Para cada um de nós no nosso íntimo parece óbvio, afinal meu “eu” define o corpo que veste a minha alma. E este é o imperativo do nosso ser. Mas ainda que dentro de uma perspectiva considerada ultrapassada vivemos em uma sociedade que nega este direito de existir a partir de conjecturas de categorizações e papéis sociais de caráter colonialista que ainda nos surpreendem com o retrocesso e a opressão ferem o nosso direito de ser. Neste número, a Revista Estudos Libertários apresenta o Dossiê *Corpos Dissidentes de Gênero – Narrativas Subversivas para a Emancipação*, como uma expressão da luta contra tudo aquilo que oprime e coloniza os nossos corpos. A organização do presente dossiê foi motivada pela quase ausência de produções acadêmicas com viés simultaneamente anarquista e decolonial, especialmente nos estudos de gênero. Objetivamos preencher uma lacuna nos estudos de gênero, e dar um pontapé inicial para que esse novo campo de estudo – decolonial e libertário – seja largamente desenvolvido em nossas universidades,

escolas, bibliotecas, quilombos, coletivos, movimentos sociais autônomos, grupos de estudo, casas de acolhimento, dentre outros espaços possíveis.

Iniciamos a presente edição com o artigo “Para educar crianças feministas: um manifesto como um caminho para um ensino antirracista e antimisógino”, de Talita Ferreira Ferraz e Rodrigo Correa Machado. O artigo investiga a literatura oferecida aos jovens brasileiros. É, segundo os autores, uma literatura que exclui autores subalternos. Sendo assim, escrevem sobre a obra de Chimamanda Adichie, entrelaçando-a a pressupostos da decolonialidade, especialmente do feminismo decolonial. Passamos para “Normatização e experiência discriminatória: análise da cidadania precária LGBTQIA+”, de autoria de Ingrid Viana Leão e Mateus Camacho Soares. Os autores relacionam as discriminações direcionadas à população LGBTQIA+ à perspectiva do conceito de necropolítica e ao conceito de cidadania. Ou seja, questiona-se como pessoas LGBTQIA+ são concebidas dentro do parâmetro da cidadania: seriam consideradas merecedoras de direitos? Para responder a pergunta, os autores compilam evidências jurídicas que comprovam a hetero-cisnormatividade do Estado brasileiro.

Retomando o conceito de necropolítica, apresentamos o terceiro artigo de nosso dossiê, de autoria de Luciano da Silva Alonso, com título “O modelo biomédico dos corpos brancos cisheteronormativos e as barreiras de acesso à saúde para corpos desviantes”. Neste artigo, o autor questiona: “O modelo biomédico vigente seria mais uma forma de necropolítica?”. Investiga-se se, além das violências produzidas por forças militares, também é possível fazer emergir a necropolítica por meio da falta de acesso à saúde, pois assim também se banaliza a vida. Alonso analisa como a banalização de corpos negros, indígenas, com deficiência e LGBTQIA+ também pode ser compreendida como a manutenção da necropolítica. Em seguida, apresentamos “A infração das leis e da cisheteronormatividade: infâncias, cercamentos e privações de liberdade”, de Mateus Junior Fazzioni e Laís Jacques Marques. Os autores pensam nos impactos da cisheteronormatividade durante a infância, além de conceituarem o que é a infância. Fazzioni & Marques apresentam a discussão entrelaçando o tema da infância e do desvio com arte e pedagogia.

Apresentamos, então, o artigo “A resistência e a insubordinação dos corpos negros: a quem interessa essa história?”, de Ana Lúcia da Silva Raia. A autora relaciona o conceito de Necrofilia Colonialista Outrocida, de Wallace de Moraes, com a questão da aplicação de políticas públicas no Brasil, o feminismo negro e os escritos de Gonzalez

(2018), Evaristo (2017), Jesus (1960), Carneiro (2003), Davis (2013) e Collins (2016). Seguindo, temos “O sagrado feminino negro: nossa virtude epistêmica contra a abstração colonialista ocidental”, de Andréa Maria do Nascimento Silva. O artigo resgata a existência feminina negra pensada fora do contexto dos expedientes colonialistas ocidentais. Ressaltando sua coragem de luta, sua resistência além de seu protagonismo na coletividade, no acolhimento, na beleza, na poesia que o ser mulher e negra traz consigo, pela sua história e pela sua valentia. O lugar de liberdade onde a presença negra feminina importa.

Logo após, no artigo “O padecimento da mulher negra no sudeste brasileiro: analisando através das suas vivências e obscuridades contemporâneas sob o conceito de interseccionalidade”, Carla Regina dos Santos Rocha analisa os textos de três autoras negras, nascidas em Minas Gerais, que tiveram em suas vidas o infortúnio das influências interseccionais. A autora procura demonstrar que, embora tenham vivido em uma Necrofilia Colonialista Outrocida, foi possível que elas seguissem caminhos díspares, produzindo escritas peculiares.

Finalizamos nosso dossiê com o artigo “A produção patológica do antagonismo: uma breve discussão sobre a institucionalização da violência contra pessoas trans”, de Cello Latini Pfeil e Bruno Latini Pfeil. Os autores analisam como a transexualidade, enquanto categoria diagnóstica, é inventada a partir de uma perspectiva cisheteronormativa, produzindo relações de tutela e violência institucional contra pessoa trans. A lente de análise adotada é anarquista e decolonial.

O dossiê *Corpos Dissidentes de Gênero – Narrativas Subversivas* para a emancipação reúne, portanto, uma série de trabalhos de escopo anarquista e decolonial, que interseccionem análises sobre opressões de gênero, raça, classe e críticas à colonialidade epistêmica. Os artigos apresentados abordam desde o elogio a mulheres insurgentes, insubmissas, negras, indígenas e anarquistas, até análises das violências institucionais reforçadas em ambulatórios trans e em espaços educativos. Esperamos que a leitura motive cada vez mais produções de viés decolonial e libertário. Desejamos a todes uma boa leitura!

Andréa Nascimento

Cello Latini Pfeil

Wallace de Moraes